

 Priscila Sousa Oliveira dos Santos¹

 Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho¹

¹ Universidade Federal da Bahia, Instituto Multidisciplinar em Saúde, Departamento de Nutrição – Campus Anísio Teixeira, Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Correspondência

Priscila Sousa Oliveira dos Santos
priscilasosnutri@outlook.com

Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre educação alimentar e nutricional

Nutritionists' perception of the National School Feeding Program on food and nutrition education

Resumo

Introdução: Os fatores que determinam o comportamento e as práticas de alimentação são múltiplos e complexos. No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a abordagem a este tema deve ser realizada de forma multidisciplinar e intersetorial, tendo como estratégia a educação alimentar e nutricional (EAN). O nutricionista está inserido nesse contexto como o responsável técnico, ou quadro técnico do programa, sendo assim um importante componente entre os atores responsáveis pelo desenvolvimento das ações de EAN no ambiente escolar. **Objetivo:** Conhecer a percepção do nutricionista atuante no PNAE quanto às atividades de educação alimentar e nutricional, o impacto da formação nas práticas e identificar as facilidades e barreiras existentes nesse contexto. **Métodos:** Realizou-se pesquisa de natureza qualitativa com entrevistas e gravação das falas para posterior análise do conteúdo. Analisou-se o confronto de ideias por convergências, divergências e complementaridades. **Resultados e Conclusão:** Percebeu-se que, apesar do recente fortalecimento da EAN, ainda existe uma lacuna entre o proposto pela legislação e a prática empreendida pelos profissionais. As principais deficiências descritas por estes foram: ausência de base teórico-metodológica consistente que oriente as práticas de EAN, quadro técnico insuficiente e dificuldade de integralização das diferentes áreas, o que gera descontinuidade no processo de aprendizagem e ineficiência das ações. Estratégias como cursos periódicos, capacitação para melhor planejar e envolver equipes, assim como melhoria das condições de trabalho e quantitativo de profissionais em toda dimensão do PNAE, são indispensáveis para a execução plena do programa.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Alimentação Escolar. Políticas Públicas de Saúde. Nutrição em Saúde Pública. Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

Introduction: The factors that determine the behavior and feeding practices are multiple and complex. Within the National School Feeding Program (PNAE), the approach to this topic should be carried out in a multidisciplinary and intersectoral manner, with food and nutrition education (EAN) as the strategy. The nutritionist is inserted in this context as the technical responsible, or technical framework of the program, thus being an important component among the actors responsible for the development of EAN actions in the school environment. **Objective:** To know the perception of the nutritionist acting in the PNAE regarding the activities of food and nutrition education, the impact of training in practices and identify the facilities and barriers existing in this context. **Methods:** We conducted qualitative research with

interviews and recording of the speeches for later analysis of content. We analyzed the confrontation of ideas by convergences, divergences and complementarities. **Results and Conclusion:** It was noted that, despite the recent strengthening of the EAN, there is still a gap between what is proposed by legislation and the practice undertaken by professionals. The main deficiencies described by them were the absence of a consistent theoretical-methodological basis guiding the practices of EAN, insufficient technical framework and difficulty in integrating the different areas, which generates discontinuity in the learning process and inefficiency of actions. Strategies such as periodic courses, training to better plan and involve teams, as well as improvement of working conditions and quantitative of professionals in all dimensions of the PNAE, are indispensable for the full implementation of the program.

Keywords: Food and Nutrition Education. School Feeding. Public Health Policies. Public Health Nutrition. Food and Nutritional Security.

INTRODUÇÃO

Abordar temas com a comunidade escolar referente à alimentação de uma forma integral torna-se um desafio diante da alta complexidade do sistema alimentar e da existência de múltiplos fatores que determinam o comportamento alimentar. Com o intuito de apoiar essas questões, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) apresenta-se como uma área de conhecimento que busca abordar questões sobre alimentação, a fim de gerar autonomia do indivíduo ou de grupos populacionais na promoção de hábitos alimentares saudáveis, através de um exercício contínuo e permanente, com o envolvimento de equipes multiprofissionais, em ambientes intersetoriais, com ações públicas coordenadas e eficazes.¹

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado o maior programa de alimentação escolar do mundo, tendo suas origens no ano de 1955, quando pela primeira vez foi organizada uma Campanha da Merenda Escolar de responsabilidade pública que abrangeu todo o território brasileiro.² Após sofrer inúmeras mudanças ao longo dos anos, em 2009 o PNAE alcançou toda a rede pública da educação básica, e a partir de 2013, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) chamou a atenção para a importância e necessidade da prática da Educação Alimentar e Nutricional, ao dedicar uma seção da Resolução FNDE nº 26 às suas ações.^{3,4}

Como uma importante diretriz no âmbito do PNAE,⁵ a EAN foi inserida no processo de ensino e aprendizagem ao ser incorporada ao currículo escolar com o propósito de desenvolver práticas saudáveis de vida sob o olhar da segurança alimentar e nutricional.¹ A atualização, em 2020, da Resolução do FNDE,⁶ reforçou a transversalidade curricular e a transdisciplinaridade das ações de EAN ao recomendar que os alimentos e a alimentação sejam matérias de aprendizado específico ou recursos em abordagens diversas, e sempre que possível, sejam utilizados como ferramenta pedagógica.

As atuais propostas de Educação em Saúde têm sido fundamentais para superar práticas utilizadas por muito tempo como base do relacionamento do profissional de saúde com o sujeito, em que o conhecimento técnico-científico desconsiderava os saberes e as estratégias utilizadas pelos indivíduos em seu dia a dia na busca por promoção de saúde. Ao instigar o diálogo entre pensares e fazeres da população com os profissionais da saúde, o interesse é construir um modelo de atenção integral à saúde em que a participação de todos seja requerida e valorizada.^{1,7,8}

Vale ressaltar que, como um princípio da nova política de educação em saúde, essa dialogicidade, inspirada no conceito de educação popular proposto por Paulo Freire, representa um encontro de conhecimentos construídos historicamente e culturalmente por sujeitos cuja valorização dos saberes amplia o olhar crítico dos diversos atores, tornando realmente possível a transformação da realidade.^{9,10}

Tendo em vista que desenvolver EAN *“não é missão, é trabalho”*,¹¹ para alcançar os objetivos propostos, o planejamento não pode ser ignorado. Faz parte do planejamento fazer o diagnóstico, estabelecer prioridades e objetivos, prever os custos, os recursos, e além disso, definir responsabilidades, parcerias e prováveis resultados das atividades. Como exposto acima, para a implementação dos objetivos traçados, exige-se comprometimento não apenas dos profissionais, mas também dos indivíduos envolvidos. Notoriamente, processos participativos levam a resultados mais estáveis cujos efeitos são visualizados por maior período de tempo, desde que as pessoas sejam realmente inseridas no processo decisório.^{1,6,8}

Como profissional responsável técnico (RT) e integrante do quadro técnico (QT) do PNAE,^{6,12} o nutricionista é também encarregado de coordenar as ações de EAN no ambiente escolar, sendo fundamental compreender sua percepção quanto às atividades educativas sobre alimentação e nutrição desenvolvidas no âmbito do programa.¹ Sendo assim, este trabalho tem como objetivo conhecer a percepção do nutricionista atuante no PNAE quanto às

atividades de educação alimentar e nutricional, o impacto da formação nas práticas e identificar as facilidades e barreiras existentes nesse contexto.

MÉTODOS

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, e ocorreu em um município do sudoeste da Bahia. Segundo dados de relatórios locais do ano de 2017, o PNAE deste município atende cerca de 44.500 estudantes; o número de refeições servidas nas escolas, em um dia, varia de uma a quatro, dependendo da modalidade de ensino, como preconiza o programa. Dessa forma, a quantidade total de refeições, servidas ao dia fica em um valor aproximado de 66.500, incluindo todas as modalidades.

Para uma maior compreensão das atividades de EAN desenvolvidas, foram entrevistados os profissionais nutricionistas que atuavam no programa no período do estudo, com no mínimo um ano no serviço, que aceitaram livremente participar da pesquisa, após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram coletados através de roteiro padronizado (quadro 1) e as entrevistas ocorreram com agendamento prévio no local do serviço desses profissionais. As entrevistas foram gravadas e realizou-se análise de conteúdo temático do material levantado, através da ordenação dos dados, com o processo de transcrição na íntegra. Os dados foram classificados a partir dos objetivos da investigação, sistematizando-se os núcleos de sentido e as categorias empíricas do estudo, com posterior leitura “transversal” priorizando os recortes temáticos mais relevantes relacionados ao objeto do estudo, sendo realizado o confronto de ideias (convergências, divergências e complementaridades) dos diferentes grupos, no intuito de comparar e estabelecer relações entre as categorias, com o entrecruzamento das informações.

Quadro 1. Roteiro padronizado usado na entrevista

A. Fale um pouco sobre a sua formação, sobre práticas educativas e sobre alimentação e nutrição.	B. Fale um pouco sobre a sua percepção sobre as práticas educativas sobre alimentação e nutrição para os estudantes	C. Fale um pouco sobre as facilidades percebidas por você para o desenvolvimento das atividades de EAN	D. Fale um pouco sobre as dificuldades percebidas por você para o desenvolvimento das atividades de EAN
A1. Impacto da sua formação para suas atividades em EAN	B1. Impacto na qualidade de vida das pessoas, como?	C1. Acesso dos estudantes/adesão	D1. Barreiras no acesso dos estudantes/adesão
A2. Como foi sua formação prática em EAN na universidade?	B2. Melhoria na vida das pessoas	C2. Estrutura física	D2. Estrutura física
A3. Existência de formação continuada sobre EAN após a sua formação. Foi promovida pelo serviço ou foi uma busca pessoal.	B3. Melhoria na aceitação do cardápio	C3. Motivação pessoal	D3. Estrutura de apoio para atividades

Quadro 1. Roteiro padronizado usado na revista (Continuação)

A4. A sua formação tem favorecido no desenvolvimento das práticas educativas nas escolas?	B4. Melhoria do estado nutricional	C4. Estrutura de apoio para as atividades
E. O que você percebe que poderia ser melhorado no desenvolvimento das atividades educativas nas escolas pelas equipes do PNAE?	F. Quais estratégias você acharia importante para melhoria das atividades educativas nas escolas?	G. Algo mais que não foi perguntado e você considere importante?

Todos os entrevistados foram informados e esclarecidos sobre os objetivos do estudo, sendo-lhes garantido o sigilo de dados pessoais confidenciais e o anonimato dos sujeitos entrevistados. Durante as entrevistas, foram escolhidos pseudônimos pelos próprios profissionais para assegurar esse anonimato.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia, conforme parecer 3.241.065/2019, e segue as recomendações da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise de conteúdo dos discursos, foram extraídos temas que constituíram categorias empíricas que permitiram analisar a concepção de cada profissional no que diz respeito a sua prática de educação alimentar e nutricional, limitações e potencialidades no contexto do PNAE.

Formação do nutricionista para atuação em atividades de EAN

É fundamental que o nutricionista, desde a sua formação, desenvolva competências e habilidades que o permitam ser um profissional crítico, reflexivo, comprometido com a promoção de práticas e hábitos alimentares saudáveis, sendo capaz de compreender a complexidade do sistema e padrões alimentares de uma população.¹³

Conforme as Diretrizes Curriculares dos cursos de Nutrição promulgadas em 2001, os cursos de Nutrição no país devem oferecer “*uma formação generalista, humanista e crítica*” que torne os profissionais capazes de atuar nas mais diversas áreas do conhecimento onde a alimentação e nutrição estejam como pilares fundamentais para a promoção, manutenção ou recuperação da saúde tanto em âmbito individual quanto de populações.¹⁴ Independentemente da área em que pretende atuar, é necessário que o nutricionista desenvolva competências durante o período da graduação, a fim de se integrar melhor ao mundo do ensino e do trabalho numa perspectiva multiprofissional. A formação generalista supera a atenção dietética, ampliando as competências e o espectro de atuação do nutricionista.^{15,16}

A educação faz parte do cotidiano do profissional nutricionista. É importante notar que essa percepção tem sido difundida no meio acadêmico. Pinheiro et al.¹⁵ demonstraram que, quanto ao perfil de formação do nutricionista, 50% daqueles recém-egressos da graduação já reconhecem ser primordial o seu papel de educador em saúde.

Corroborando esses achados, todos os nutricionistas entrevistados nesta pesquisa ratificam ser importante a habilidade para desenvolver ações de EAN independentemente de sua área de atuação. Por isso consideram que a formação referente a EAN que adquiriram durante a graduação, apesar de constituir um norte para a busca de maiores conhecimentos, foi insuficiente para preparar-lhes para o ambiente de trabalho.

[...] eu considero que, a minha formação ela contribuiu para que depois que eu saísse da graduação eu tivesse um certo embasamento pra tá desenvolvendo essas atividades de educação alimentar e nutricional. Eu não considero que foi algo assim, suficiente, ou que foi algo muito completo, mas eu considero que me deu certo embasamento [...] (Hortência)

Na época (da graduação), eu me identifiquei muito, com essa área... quando eu fui especial pra sala de aula, foi o que eu mais gostei. Apesar das dificuldades porque é um desafio porque a gente não tem aquela... aquele preparo né, ahh...vamos dizer assim, do professor... a pedagogia... eu acredito que na verdade poderia ter tido mais. (Morango)

Em um estudo a respeito da percepção sobre a formação e demandas do nutricionista do PNAE,¹⁷ a maior parte dos profissionais entrevistados (79%) afirmou que a graduação não os preparou adequadamente por tratar em poucos momentos a respeito da alimentação escolar. Na presente pesquisa, a fala de uma profissional externa a sensação de incompletude que sua formação deixou.

[...] é como se fosse assim, o que a gente aprende é 50% da teoria e as outras 50% de prática a gente vai realmente aprender na prática... como a questão mesmo do PNAE né, a gente vê bem superficial e a gente aprende na área de atuação mesmo[...] (Rosa)

Banduk et al.¹⁶ ratificam a importância de que prática e teoria estejam unidos no período da graduação, através do relato de alguns coordenadores de cursos de Nutrição, cujos esforços estão voltados para criar estratégias no intuito de implementar currículos integrados e abordagens diferenciadas para aproximar o aluno da prática profissional e, conseqüentemente, influenciar na formação de sua identidade, que se estabeleceria a partir de um processo de construção contínuo. Apesar disso, a maioria dos cursos mantém um ensino tradicional, fragmentado, conteudista, baseado de forma prioritária na teoria.^{15,18}

[...] em especial, atividade de educação alimentar e nutricional em escola foi pouca. A experiência foi pouca, foi mais no último semestre, e ... foi no estágio de saúde pública... agora em relação a treinamento e preparo foi o mínimo. (Morango)

Estudos^{15,16,19} evidenciam a importância de projetos de extensão serem desenvolvidos dentro da graduação, por serem capazes de permitir a construção e ampliação do conhecimento através da associação do aprendizado teórico obtido em sala de aula, com a realidade do dia a dia do profissional.

[...] eu participei na época da universidade aberta à terceira idade, que... era um grupo de idosos, então, assim, isso pra mim eu considero que foi uma experiência muito enriquecedora. Porque assim, eu pude me desenvolver na questão de falar em público, na questão de lidar com pessoas leigas na área de nutrição [...] (Hortência)

A extensão universitária deve ser pensada como uma prática que associa ensino e pesquisa com as demandas sociais, que promova a formação de profissionais cidadãos e ofereça base de conhecimento, auxiliando na superação de desigualdades sociais, podendo ser considerada um instrumento de mudança social. Para os estudantes, um fator motivador é o contato direto com a comunidade e a oportunidade de perceber as ideias aplicadas no mundo real.¹⁹

Os projetos de extensão, mesmo sendo considerados como uma oportunidade de diálogo entre a sociedade e o universo técnico-científico,^{15,18} possuem fragilidades por não estarem imunes ao método tradicional de ensino. Sendo assim, o contato com a sociedade pode acontecer sem que haja envolvimento com as reais demandas sociais e sem empreender uma troca de saberes como preconiza a educação popular em saúde.⁸ Quando essa é a realidade, não ocorre um verdadeiro diálogo e ambos os lados são prejudicados.

Há uma expectativa, ao se trabalhar seguindo os princípios da educação popular, de que progressivamente, tanto profissionais quanto população, desenvolvam uma análise crítica da realidade à proporção que o conhecimento vai sendo compartilhado de forma recíproca, e assim, se construam caminhos para a superação das dificuldades apresentadas.^{19,20}

Ao pressupor a existência dessas fragilidades no âmbito das atividades acadêmicas de extensão, o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho e a Câmara Nacional de Educação Superior, regulamentou essas atividades por meio da Resolução nº 7, de dezembro de 2018.²¹ A partir de então, a extensão passou a compor pelo menos 10% do total da carga horária dos cursos de graduação, passando a integrar, obrigatoriamente a matriz curricular.²¹

Educação permanente em EAN

O Marco de Referência de EAN para a políticas públicas¹ reforça a importância da educação permanente dos profissionais que atuam na área. Ele reconhece a insuficiência de métodos de ensino específicos para EAN durante a graduação, limitações estas que abrangem desde o número insuficiente de práticas, até a dificuldade de articulações entre diferentes campos do conhecimento como Sociologia, Filosofia e Antropologia da alimentação.

A educação permanente é considerada um conceito pedagógico que efetua relações entre ensino, ações e serviços e entre a docência e a prática. Para sua efetividade, ela deve levar em consideração as especificidades regionais com a superação das desigualdades locais e a necessidade de formação e desenvolvimento para o trabalho.²²

É relevante considerar que o processo de consolidação da atuação do nutricionista no campo da alimentação escolar ao longo das últimas décadas foi motivado por um processo de interiorização da profissão, frente à obrigatoriedade de contratação desse profissional nos municípios para atuar como responsável técnico e/ou integrante do quadro técnico obrigatório do PNAE. Sendo assim, a modalidade de educação continuada, a exemplo dos cursos à distância, pode constituir estratégia importante para sua constante qualificação.²³

Os entrevistados reconhecem a importância da continuidade do aprendizado através da educação continuada, apesar de nem todos buscarem esta ferramenta de forma voluntária. Quando questionados se houve uma busca por alguma formação complementar capaz de auxiliar na elaboração de atividades de EAN, a maioria das respostas foi negativa. Segundo os profissionais, o contato com conteúdo sobre esse tema só foi obtido por fazer parte do cronograma de treinamentos dos órgãos de apoio do PNAE, os CECANes (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar), que são fruto de uma parceria firmada entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituições Federais de Ensino Superior.²

Não! [busquei formação complementar em EAN] Depois de formada eu fiz é...especialização, mas não teve nada a ver com o tema e, só agora mesmo há 2 anos que eu comecei a atuar na área do PNAE e aí que eu comecei rever as coisas, estudar as diretrizes, as resoluções, fazer os cursos que o PNAE promove né, as formações que os CECANES, que são os órgãos de apoio do PNAE fazem. Então, do tempo que eu tô pra cá, do tempo que eu comecei a atuar no PNAE, aí eu comecei a estudar sobre o, sobre as políticas né... e fazer os cursos de formações que o PNAE disponibiliza. (Rosa)

Não, na verdade assim, apareceu a proposta desse curso... Então a gente acabou participando, não que a gente tenha buscado. Ele veio. (Morango)

Citando um caso divergente, um dos profissionais busca complementar sua formação da área de EAN por iniciativa própria.

Sim, eu já fiz vários outros cursos na área, até por conta do trabalho né, do PNAE, a gente precisa disso, então assim, todos os cursos oferecidos, a gente tem cursos oferecidos pelo CECANE, por algumas faculdades (parcerias com algumas faculdades) e também, é... cursos... eu faço cursos EAD, faço cursos em parceria com a secretaria de educação. (Manga)

Facilidades encontradas para realização das atividades de EAN

Segundo os profissionais deste estudo, compor a rede de educação do município permite abertura para desenvolverem as ações educativas planejadas. Estudo realizado nos municípios de Goiás²⁴ sobre as ações de EAN no âmbito do PNAE mostrou que, para a grande maioria dos entrevistados (90%), a educação alimentar e nutricional estava totalmente vinculada à figura do nutricionista, corroborando os achados do presente estudo.

Como relatado pelos nutricionistas no atual estudo, é importante o acesso às equipes e aos escolares, pois ele facilita o diálogo com os demais indivíduos que estarão envolvidos durante o planejamento e a execução das ações de EAN no ambiente escolar.

Então, as facilidades de se aplicar as EANs é... o que eu posso citar? An... assim, a gente teria um livre acesso a eles né, porque como a gente faz parte da rede a gente teria um livre acesso a eles, a gente teria disponibilidade de espaço, que é a própria escola né... a gente teria... "chô vê"... de facilidades?... é mais difícil viu... a gente tem mais dificuldades. De facilidade a gente teria isso né, o acesso a eles e o espaço. (Rosa)

Então, assim, as facilidades que eu vejo... é o acesso direto às escolas e aos alunos né, porque assim, se o nosso público-alvo é os alunos, a gente tem total acesso livre pra chegar até eles, então a gente não tem dificuldade com direção de escola, com professores...pra executar essas atividades a gente não tem. Então assim, a facilidade de chegar até aos alunos, a disponibilidade de tá próximo a eles... facilita muito a gente implantar essas ações. (Manga)

Esses relatos corroboram o parecer de Dias et al.,²⁵ que também verificaram tal facilidade que a área técnica da alimentação escolar tem quanto à aproximação com diretores, merendeiras das escolas e pais/responsáveis pelos alunos.

Outra facilidade relatada foi que a EAN é, geralmente, tema considerado importante pelos escolares, professores e pais/responsáveis.

Sempre que a gente fala do tema educação alimentar e nutricional, é um tema que ninguém contesta a necessidade, então isso eu acho que já é uma facilidade né, a gente não encontra assim dificuldade em relação a falar sobre esse tema. (Hortência)

Em sua maioria, as atividades são aplicadas de forma lúdica, e isso influenciaria, na visão desses profissionais, na sua boa receptividade.

Toda vez que a gente vai fazer numa escola é uma novidade, é uma atividade, é uma coisa lúdica, então, eu acho que os alunos eles se interessam, eu não sei se no longo prazo, fazendo continuamente, eu não sei qual seria a recepção deles, mas eu acho que seria boa. (Rosa)

Atividades lúdicas são recursos metodológicos com potencial importante de permitir que os alunos realizem uma interação eficaz, com reflexão e discussão sobre os temas abordados. Ramos et al.,²⁶ ao analisarem as metodologias para aplicação de atividade de EAN nas escolas, encontraram que nas principais estratégias abordadas pelos nutricionistas, além da predominância dos métodos como palestras, discussões e apresentações, frequentemente as atividades lúdicas estavam associadas. O mesmo foi verificado por Silva et al.,²⁴ com 54,3% das ações de EAN sendo classificadas como lúdicas pelos profissionais.

O que se percebe nas falas dos profissionais é que, apesar de as atividades lúdicas garantirem melhor receptividade por parte dos estudantes e demais indivíduos, não há necessariamente uma dialogicidade, mas sim uma aplicação de conteúdo, o que mais uma vez remete à educação tradicional.

A intervenção problematizadora irá incluir o tema tratado no cotidiano de vida da comunidade.¹⁰ Os efeitos dessa abordagem serão sentidos não apenas pelos escolares, mas também por suas famílias, professores, coordenação e toda a comunidade local.²⁶

Barreiras observadas pelo profissional nas ações de EAN

Ações de educação alimentar e nutricional emergem desafios aos profissionais, tendo em vista a complexidade que rege o comportamento alimentar¹. As dificuldades relatadas pelos profissionais atuantes do programa, no que tange à realização das atividades de EAN, variam desde sua formação, como supracitado, até a falta de apoio para continuidade das ações após serem inseridas no contexto escolar.

Vale reforçar que a EAN precisa estar baseada na ampliação da autonomia e participação ativa do sujeito, tornando-o capaz de, ao refletir sobre suas escolhas, transformar sua realidade.¹ Portanto, a simples transmissão de conhecimento limita as ações de EAN, pois desconsidera o vasto universo de significados que a alimentação representa. A relação com o alimento envolve desde o prazer pessoal até fatores sociais e culturais do indivíduo.⁹

Tão importante quanto a realização das atividades é a garantia de sua continuidade.^{9,27} Os nutricionistas abordados nesta entrevista avaliaram como uma limitação a falta de continuidade das ações por parte dos demais profissionais envolvidos.

[...] a gente entende que, apesar da educação alimentar e nutricional tá muito focada no profissional de nutrição, ela não é só responsabilidade do profissional de nutrição. Mas infelizmente, no nosso contexto é isso que acontece, então, todos os outros profissionais veem no profissional nutricionista como praticamente o único responsável por fazer esse tipo de atividade... a gente tem dificuldades nessa comunicação com os outros profissionais né, na parte pedagógica né, com a direção das escolas, professores, a gente não consegue muito essa comunicação pra tentar fazer um planejamento em conjunto. (Hortência)

[...] educação alimentar e nutricional, é uma coisa de longo prazo, então todo... todo momento cê tem que tá ali relembando, todo momento cê tem que tá falando então, teria que ter o apoio dessa rede aí que fica próxima a eles pra sempre tá tendo contato sobre as ações, então, isso é uma dificuldade (Rosa)

[...] não que eles dificultem, eles oferecem a sala, no momento que você quiser eles disponibilizam a sala pra você fazer a atividade, mas pra eles aplicarem alguma atividade, ou inserir isso no contexto pedagógico... dar uma continuidade a esse processo de aprendizado é muito difícil, a resistência é muito grande. (Manga)

A partir dessas percepções é possível perceber que, nesse contexto, a EAN tem sido uma ação cuja execução está muito ligada ao profissional nutricionista, o que precisa ser repensado, visto que mesmo sendo uma ação obrigatória do nutricionista no PNAE,^{3,12,24,28} ela deve ser pensada de forma multiprofissional e participativa. Os demais profissionais não necessitam de um “dom natural”²⁹ para desenvolver essas atividades.

A perspectiva tradicional perpetuava o conceito de que a comunicação aplicada seria uma função da prática educativa que requeria sensibilidade e habilidades criativas, acrescidas de curiosidade, senso de humor e compadecimento por aqueles que seriam alcançados por esta “assistência”. Deve-se ter muita cautela quanto essa percepção, pois ela desconsidera a competência em desenvolver essas atividades como habilidade adquirida através de formação específica.

É preciso uma compreensão ampliada sobre a EAN em que seja possível percebê-la para além das atividades ligadas à alimentação e nutrição. Isso requer uma discussão integrada que articule as práticas alimentares a questões como a disponibilidade e o acesso a alimentos, quais os condicionantes comportamentais das escolhas do alimento, as formas de produção, preparo e consumo, todos eles mediados por aspectos culturais, ambientais, sociais e históricos. A EAN precisa ser entendida como estratégia que compreenda a alimentação em seu contexto global cuja abordagem articulada permita construir conhecimentos e práticas que levem a escolhas alimentares mais adequadas e autônomas.^{1,13,30}

Possibilidades de melhorias para desenvolvimento das atividades

Dentre os objetivos desta pesquisa, está implícita a intenção de compreender a percepção dos nutricionistas do quadro técnico do programa quanto à viabilidade de se aperfeiçoar as ações de EAN desenvolvidas por eles. Foi mencionada pelos profissionais a carência de referenciais teóricos, metodológicos e operacionais que os orientem melhor neste aspecto, algo também verificado em outros trabalhos^{26,28,31} que buscaram analisar a educação alimentar e nutricional como uma prática intervenção.

[...] o que eu percebo é que falta algo mais assim... sistemático, acho que a educação alimentar ainda é algo muito embrionário, não é algo assim estabelecido e é algo que eu acho que ainda é confuso na cabeça dos profissionais. Os profissionais ainda não concebem como fazer, porque não existe uma fórmula, não existe uma receita e assim, os profissionais também não tem as técnicas, seja de didática, do que quer que seja pra poder fazer educação alimentar e nutricional, então eu percebo que é algo assim ainda muito...que a gente fica muito tateando ainda, que a gente tenta fazer, mas a gente não sabe se é o correto, até porque não existe fórmula e a gente fica muito assim, será que é o correto, será que é dessa maneira mesmo? Eu me questiono muito sobre isso. (Hortência)

É válido o questionamento dessa profissional, pois foi mencionada a carência desse referencial teórico, mesmo no curso de capacitação oferecido pelo CECANE do qual eles tiveram a oportunidade de participar.

Na verdade, assim o que tem mais ajudado é a própria prática. O curso que a gente fez foi bom, mas ele...ele solicitava mais que a gente desenvolvesse ideias do que assim.... Então a gente teve que pesquisar, correr atrás, pra gente elaborar a proposta, a atividade...do que assim algumas atividades que pudessem inspirar a gente. (Morango)

Portanto, existe uma discussão por parte desses nutricionistas a respeito de como aprimorar as ações de EAN que são desenvolvidas atualmente de forma muito pontuais, como colocado em algumas de suas falas.

Então, dentro das discussões da gente surgiram algumas ideias né. E e... como a gente não consegue estar todos os dias na escola, ou pelo menos uma vez na semana, o quadro técnico é muito reduzido, a gente pensou em formar pessoas que possam desenvolver a atividade de educação alimentar e nutricional [...] então, a gente pensou em desenvolver algum trabalho de EAN, ou então, de capacitá-los a fazerem EAN... Na sala de aula, porque seria um trabalho contínuo... dentro do planejamento deles incluir a EAN de forma contínua. (Morango)

Então, assim, que se poderia dar mais importância a esse assunto né, e que se possa de fato juntar, somar né, valores, somar...categorias... profissionais pra que o objetivo se tenha maior alcance, tenha maior visibilidade, que se dê mais importância ao tema porque ele é fundamental pras novas...pra o presente e pras futuras gerações também. (Manga)

A concretização desta troca de experiências e conhecimentos entre os demais integrantes da equipe das escolas e os nutricionistas é verdadeiramente um desafio a ser superado, para que haja uma integração e o envolvimento desses profissionais nas atividades de EAN, para que eles se tornem multiplicadores da temática com inserção do tema no currículo.^{1,28,32,33}

Eu acho que se a gente conseguisse fazer esse elo junto com a coordenação pedagógica né, pra poder ter esse apoio e formar essas pessoas no conhecimento...e passar pra eles um conhecimento técnico sobre alimentação que eles possam trabalhar na sala de aula, eu acho que seria a nossa única alternativa né... (Rosa)

É perceptível o desejo desses importantes componentes do PNAE de que a prática de EAN seja contínua e permanente, conforme preconiza a legislação.^{1,4,5} Porém, segundo suas percepções, o reduzido quadro de profissionais e, conseqüentemente, a sobrecarga de funções, não lhes permite o cumprimento integral dessa sua atribuição. É imprescindível que duas questões importantes sejam analisadas: que se reavalie a utilização das metodologias de cunho pontual usadas atualmente, como por exemplo, palestras com exposição conteudistas²⁶ – observação também feita por Corrêa et al.³³ quando avaliaram a atuação do nutricionista no PNAE na Região Sul do Brasil; e que haja disponibilidade de tempo do nutricionista para sua inserção nas atividades desenvolvidas.³³

[...] um curso on line que a gente teve a oportunidade colocar as nossas experiências e ouvir algumas experiências também de outros profissionais do Brasil todo... eu percebi é... que existe muita vontade dos profissionais nutricionistas atuarem na educação alimentar e nutricional dentro do PNAE de uma maneira mais efetiva e mais eficiente. Mas, acaba que a rotina do dia a dia nos toma o tempo todo né, a obrigação de elaboração de cardápio, de controle de qualidade, de visitas técnicas nas cozinhas das escolas, é... capacitação com os manipuladores, tudo isso acaba tomando muito o tempo né, e são atividades que são tão importantes quanto, mas acaba que a educação alimentar e nutricional é deixada de lado, não porque o profissional de nutrição não quer fazer, ou não gosta de fazer [...] (Hortência)

Em consonância com outros estudos,^{17,24,25} todos os entrevistados foram unânimes quanto à pequena quantidade de profissionais impedir um envolvimento mais efetivo nas ações de EAN.

No nosso município, o que poderia melhorar essas atividades seria uma equipe né... aumentar a equipe porque a gente deixaria uma equipe específica pra fazer essas atividades [...] tudo que ela fizesse seria voltada pra isso... teria um cronograma né, que a gente poderia fazer por modalidade... x meses você faria creche, tal período de tempo você faria escola de sede, tempo integral, zona rural, enfim, que a gente pudesse ter um alcance maior... isso poderia ser expandido pra toda a rede se nós tivéssemos mais apoio na questão de pessoal mesmo. (Manga)

A ausência de quantitativo suficiente de nutricionistas no quadro técnico do PNAE indica uma falta de cumprimento do preconizado no Conselho Federal de Nutricionista, que determina que devem ser observados os parâmetros numéricos mínimos para a contratação desses profissionais.¹² Assim como nesse município do interior da Bahia, esta é uma realidade que acontece em muitas outras cidades nas diferentes regiões do Brasil,^{17,24,25,30,33,34} o que mostra o descaso em atender à legislação vigente.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa tem o intuito levar à reflexão e discutir a atuação e formação de um nutricionista capaz de desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do PNAE. Apesar das conquistas alcançadas com o fortalecimento do tema nos últimos anos, parece haver um hiato entre o que é proposto pela legislação e a prática empreendida pelos profissionais, pois, apesar de afirmarem desenvolver as atividades de EAN, a descontinuidade no processo de aprendizagem as torna pouco eficientes de acordo com suas próprias percepções.

Desde a formação até a educação continuada, foi notada a ausência de uma base teórico-metodológica consistente, capaz de nortear as práticas de EAN, pois estas ainda se aproximam bastante do modelo biomédico tradicional visando à transmissão de conteúdos com estratégias para recuperar a saúde em detrimento do enfoque almejado da promoção da segurança alimentar e nutricional.

O número insuficiente de nutricionistas foi considerado um dos desafios para a realização de todas as funções do PNAE. Há um nítido descumprimento da regulamentação do Conselho Federal de Nutrição e demais legislações que regem o PNAE, quanto ao quantitativo de nutricionistas.^{5,12} Além disso, é necessária uma formação dos profissionais através de cursos periódicos de capacitação concernentes à EAN, principalmente sobre a integralização de equipes e planejamentos estratégicos, para que seja possível uma visão ampliada de todos os envolvidos.

Baseando-se no que foi apontado como limitadores para se desenvolver as atividades de EAN no PNAE, sugere-se a criação de estratégias que fortaleçam o programa em sua totalidade. Além disso, as políticas públicas voltadas para a alimentação escolar precisam ser efetivamente desenvolvidas com a finalidade de superar os desafios de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, Distrito Federal: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. [acesso em 15 fev 2019] Disponível em: <http://www.cfn.org.br/index.php/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional/>.
2. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sobre o PNAE. Histórico. [acesso em 10 mai 2020] Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>.
3. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União 2013. [acesso em 9 mai 2019]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/acessoinformacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>.
4. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos

da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 17 jun

5. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Caderno de Legislação, ano 2019. [acesso em 20 abr 2020]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/12094-caderno-de-legisla%C3%A7%C3%A3o-2019>.
6. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de Maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. [acesso em 09 out 2020]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [acesso em 8 mai 2019]. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf.
8. Gomes, LB; Merhy, EE. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. Cad. Saúde Pública [online]. Jan. 2011;vol.27,n.1,pp.7-18. [acesso em 20 mai 2019]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v27n1/02.pdf>.
9. França, CJ; Carvalho, VCHS. Estratégias da educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura. Rev. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 41, N. 114, P. 932-948, jul-set, 2017; [acesso em 16 jun 2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n114/0103-1104-sdeb-41-114-0932.pdf>.
10. Freire, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997.
11. Boog MCF. Educação Nutricional: passado, presente, futuro. Rev Nutr. PUCAMP, Campinas, 1997;jan-jun;10(1): [5-19]. [acesso em 21 abr 2019]. Disponível em: <https://www.unifg.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Educa%C3%A7%C3%A3o-Nutricional-passado-presente-e-futuro.pdf>.
12. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 600 de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. [acesso em 12 mai 2019]. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm.
13. Recine E, Gomes RCF, Fagundes AA, Pinheiro ARO, Teixeira BA, Sousa JS, Toral N, e Monteiro RA. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. Rev. Nutr. Campinas, 2012; jan-fev 25(1):[21-33]. [acesso em 01 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n1/a03v25n1.pdf>.
14. 14Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em nutrição. Diário Oficial da União. 2017; nov; p.39, Seção 1. [acesso em 01 jun 2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>.
15. Pinheiro ARO, Recine E, Alencar B, Fagundes AA, Sousa JS, Monteiro RA, e Toral N. Percepção de professores e estudantes em relação ao perfil de formação do nutricionista em saúde pública. Rev. Nutr. Campinas. 2012; set-out.25(5):[631-643]. [acesso em 01 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n5/a08.pdf>.
16. Banduk MLS, Moreno LR, Batista NA. A construção da identidade profissional na graduação do nutricionista. Interface. 2009;13(28):111-20 [acesso em 8 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v13n28/v13n28a10.pdf>.
17. Honório ARF, Batista SH. Percepções e demandas de nutricionistas da alimentação escolar sobre sua formação. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.13 n.2, p.473-492, maio-ago. 2015. [acesso em 11 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v13n2/1981-7746-tes-sip00013.pdf>.

18. Alves CGL, Martinez MR. Lacunas entre a formação do nutricionista e o perfil de competências para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS). *Comunicação Saúde Educação* 2016; 20(56):159-69. [acesso em 7 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v20n56/1807-5762-icse-20-56-0159.pdf>.
19. Silveira ALM, Zambenedetti GW, Ribeiro VG. Design na Extensão Universitária: Diretrizes para orientar as práticas extensionistas. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, v.5,n.1, p.69-90, jan-jun. 2017; [acesso em 10 jun 2019]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/210>.
20. Souza RH, Tomasi CD, Biolo IMB, Ceretta LB, Ribeiro RSV. Educação alimentar e nutricional, relato de experiência. Araranguá, SC: UNESC; [acesso em 28 mai 2019]. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/prmultiprofissional/article/view/3036/2800>.
21. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. [acesso em 18 mai 2020]. Disponível em: https://www.in.gov.br/material/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.
22. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Brasília, 2009a [acesso em 6 jun 2019]. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf.
23. Mello AL, Júnior POV, Sampaio LR, Santos LAS, Freitas MCS, Fontes GAV. Perfil do nutricionista do programa de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. *Rev. Nutr., Campinas*, 25(1):119-132, jan./fev., 2012 [acesso em 8 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n1/a11v25n1.pdf>.
24. Silva SU, Monego ET, Sousa LM, Almeida GM. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(8):2671-2681, 2018. [acesso em 10 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n8/1413-8123-csc-23-08-2671.pdf>.
25. Dias PC, Henriques P, Ferreira DM, Barbosa RMS, Soares DSB, Luquez TMS et al. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas. *Cad. Saúde Pública* 2018; 34(J):e00035218 [acesso em 10 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n12/1678-4464-csp-34-12-e00035218.pdf>.
26. Ramos FP, Santos LAS, Reis ABC. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cad. Saúde Pública*. 2013 Nov. 29(11):[2147-2161]. [acesso em 26 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n11/03.pdf>.
27. Triches, RM. Promoção do consumo alimentar sustentável no contexto da alimentação escolar. *Trab. Educ. Saúde* [online]. 2015, vol.13, n.3, [pp.757-771]. [acesso em 28 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v13n3/1981-7746-tes-13-03-0757.pdf>.
28. Mancuso AMC, Vincha KRR, Santiago DA. Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. 2016; 26 (1): [225-249]. [acesso em 28 mai 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v26n1/0103-7331-physis-26-01-00225.pdf>.
29. Boog MCF. Educação Nutricional: passado, presente, futuro. *Rev Nutr. Puccamp, Campinas*. 1997 Jan - Jun 10(1): [5-19]. [acesso em 28 mai 2019]. Disponível em: <https://www.unifg.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Educa%C3%A7%C3%A3o-Nutricional-passado-presente-e-futuro.pdf>
30. Ferreira DM, Barbosa RMS, Finizola NC, Soares DSB, Henriques P, Sílvia Pereira, et al. Percepção de agentes operadores do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Rev. Saúde Pública*.2019;53:34. [acesso 12 jun 2019]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v53/pt_0034-8910-rsp-53-34.pdf.
31. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. 2012; fev 17(2):[453-462]. [acesso 27 de mai 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n2/a18v17n2.pdf>.

32. Brasil. Portaria Interministerial Nº 1.010, 08 de Maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, 2006. [acesso em 12 jun 2019]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html.
33. Corrêa RS, Rockett FC, Rocha PB, Silva VL, Oliveira VR. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2):563-574, 2017; [acesso em 10 mai 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0563.pdf>.
34. Chaves LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4):917-926, 2013. [acesso em 13 jun 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/03.pdf>.

Colaboradoras

Santos PSO participou da elaboração do projeto, entrevistas, análise e interpretação dos dados e redação do artigo; Carvalho VCHS orientou todas as etapas do trabalho e participou da elaboração do projeto, revisão e redação do artigo.

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 26 de maio de 2020

Aceito: 27 de outubro de 2020